

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

Director: A.M. Hespanha

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL N.º 5

1991



“A História em Discussão”

Dossier A. M. Hespanha *A Emergência da História*, Rui Ramos *A Causa da História do Ponto de Vista Política*.

Estudos Fernando Cortés Cortés • José Subtil *Sistema Penal e Construção do Estado Liberal* • Miguel Angel Perfecto *Influências Ideológicas no Projecto de Primo de Rivera (1923 - 1930)* • **Estado da Questão** João B. Serra *O Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-guerra* • **Em Debate** Pedro Lains *Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português? – II* • Valentim Alexandre Lains *no País das Adivinhas* • **Leituras** • **Jornal**

edições
COSMOS

A Emergência da História

A. M. Hespanha

(ICS-FCSH/UNL)

1. Por muito que muitos historiadores se queixem de marginalização da sua disciplina e da falta de carinho com que os poderes a tratam, é difícil deixar de reconhecer que a história se transformou, em companhias tão estranhas como a informática ou a para-psicologia, numa disciplina vedeta.

No plano mais imediato, a história vende. Nas listas dos livros mais vendidos, têm aparecido, invariavelmente, nos últimos anos, obras de história. E, mesmo que as vendas sejam menores, não é difícil encontrar quem se aventure a edições (de dois ou três mil exemplares) de trabalhos históricos, mesmo de principiantes. No plano do monumental, estão presentemente em venda ou em preparação quatro grandes histórias gerais de Portugal ¹, fora três outras mais especializados ². Na televisão, as séries de produção nacional de maior êxito têm tido temática histórica. Refiro-me, antes de mais, aos programas sobre história de Portugal de José Hermano Saraiva; mas poderia acrescentar os «roteiros» artísticos de Lagoa Henriques.

A este êxito popular da história corresponde, naturalmente, um interesse mais difundido pelo património histórico, muito sensível no âmbito das autarquias. Em muitas concelhos, as câmaras criaram pequenos museus ou pequenos arquivos, valorizaram os monumentos locais, protegeram a paisagem histórica, conseguindo, nalguns casos, impor esta política à especulação fundiária. Graças a isso não temos, por exemplo, um centro comercial sobre o promontório de Sagres nem duas enormes torres amesquinhando o conjunto histórico-arquitectónico de Belém. Embora este gosto alargado pela história não tenha impedido que o mais alto órgão de soberania — a Assembleia da República — trate de forma vergonhosa o seu espólio arquivístico ou que, ainda há poucos anos, uma igreja setecentista tenha sido destruída por ordem de uma câmara. Para não falar já do tratamento orçamental que é dado à investigação e ao ensino da história, aos arquivos e aos museus.

Seja como for, a história está na moda e isso mostra-o também o interesse que vem despertando junto dos homens de letras portuguesas, quer dos ensaístas, quer dos romancistas. Quanto aos primeiros, a história está no centro, embora de maneira diversa, das reflexões de Eduardo Lourenço, Agostinho da Silva ou António Quadros. Quanto aos segundos, basta citar o exemplo de Saramago.

2. E, no entanto, a história, como saber, tem hoje os seus problemas.

Ainda que isto não seja decisivo para o seu êxito popular, começa por não se saber bem que tipo de saber é este. Há trinta anos era quase certo que fosse uma ciência, uma ciência social; ao lado das outras ou, mesmo, por cima de todas as outras, como a sua síntese ³. Uma ciência com um objecto real, existente antes e independentemente da sua abordagem pelo historiador. Com métodos que garantiam não apenas o rigor na interpretação das fontes, mas também a disciplina do seu tratamento intelectual. E, sobretudo, com uma referência irredutível à *verdade* histórica, que lhe permitia exercer várias funções político-sociais, desde a legitimação dos historiadores como servidores da Verdade (e não do Poder ou do Dinheiro), até à revelação das «leis» que presidem ao «processo histórico».

Hoje, porém, tudo isto está em crise. Mesmo aquilo que pareceria menos problemático. Como seja a ideia de que a história tem *um objecto*, real, *a se stante*, independente do olhar do historiador. Não me refiro já a esses objectos evanescentes, como um «complexo histórico geográfico», um «modo de produção», um «estilo» ou mesmo uma curva de preços. Mas mesmo a objectos assim palpáveis como «o Estado», «a família», «a infância», «o género» das pessoas ou, mesmo, «o Homem».

A verdade é que, de distintos lugares teóricos, nos vem sendo dito que, antes e independente do olhar do historiador, tais objectos não apenas não são conhecidos, mas *não existem mesmo*. Do lado a tradição hermenêutica — desde Schleiermacher e Dilthey até, recentemente, a H.-G. Gadamer e P. Ricoeur ⁴ — insiste-se em que a história do homem só pode ser compreendida a partir da experiência humana do historiador e que, portanto, o acto de a conhecer consiste irremediavelmente num acto de apropriação, em que o historiador refere os factos «brutos» das fontes a um Sentido do Humano, a uma compreensão do «enredo», que colhe dentro de si mesmo. Do lado das concepções sistémicas, nomeadamente nas suas correntes mais actuais (e mais radicais) — desde N. Luhmann a P. Hejl e a Humberto Maturana ⁵ — salienta-se o carácter auto-construído (*auto-poiético*) de todas as componentes de um sistema simbólico (logo, de um saber; logo, do discurso histórico). Conclusão em que convêm, por razões diferentes, quer a linguística e a teoria literária pós-saussuriana, com a sua crítica da «ilusão do referente», quer as correntes críticas — de inspiração marxista, mas desenvolvida por pensadores que não reconhecem de bom grado as suas vinculações ao marxismo dominante, desde Th. Adorno a M. Foucault ou a P. K. Feyerabend —, que proclamam a inelutável dimensão política dos saberes e, logo, a arbitrariedade de todos os seus componentes. Os quais corresponderiam não a «objectos» (ou «ideias») situados antes e fora do discurso — no plano ou da realidade empírica ou da realidade psicológica —, mas a mecanismos discursivos de produção desses componentes. Foucault mostrou como se produziu a «loucura» ou o «sujeito», outros mostraram como se produziu o «género», o «Estado», a «região», a «usura». Enfim, mostraram como todos os actos discursivos são «performativos», ou seja, como com todas as palavras se fazem coisas, para utilizar o título conhecido de J. Austin (*How to do things with words*, 1962).

Esta ideia do carácter «construtor» ou «criador» do saber histórico aparentemente deveria ter sido devastadora para os cultores da disciplina. Na verdade, ela vem pôr radicalmente em causa os fundamentos teóricos e deontológicos mais sagrados do ofício do historiador — o seu apego ao real histórico («àquilo que realmente aconteceu»), a separação entre descrição e invenção, a distinção entre «ciência» e «ideologia». Mas, surpreendentemente, não se assistiu a um suicídio massivo dos historiadores.

3. Que muitos dos historiadores se tenham mantido imperturbáveis decorre, desde logo, da sua ingenuidade (ou sabedoria) metodológica. Muitos dos nossos historiadores continuam, de facto a acreditar (sensatamente?) na realidade, na objectividade, no rigor e na ciência. Num recente inquérito a historiadores notórios, lançado por uma revista da especialidade ⁶, à pergunta sobre a sua permeabilidade aos problemas metodológicos encontram-se respostas como:

«Estamos chegando ao fim da década de 80 e creio que hoje não há mais grandes debates historiográficos. Se o debate existe, ele é artificialmente provocado por historiadores marxistas que costumam englobar todos os que o não são numa categoria por eles criada e denominada positivismo. Creio que a maturidade na pesquisa histórica surge de um certo desligamento, um certo desinteresse pelas grandes questões que atraem o pesquisador-aprendiz» ⁷.

O facto de que esta versão historiográfica do «fim das ideologias» obtenha manifestações tão rotundas e agressivas não pode ser desligado do dramatismo das questões metodológicas que hoje se colocam. E, neste sentido, o refúgio no empirismo — que nas respostas ao inquérito colhe outros sufrágios nítidos, embora mais prudentes e que na prática historiográfica portuguesa é ainda francamente dominante — é, porventura, a manifestação de um instinto de sobrevivência intelectual ou profissional.

O «empirismo» ou «positivismo» — que se me perdoe a expressão ... mas não tem outro nome — apresenta, evidentemente, muitas caras. Factos podem ser reis e batalhas; mas também biografias intelectuais, séries de preços, notícias de jornais, idades de casamento, dados prosopográficos. O que distingue, realmente, o empirismo é o facto de substituir o problema crítico do conhecimento histórico pela questão da crítica das fontes, pela questão da averiguação e certificação dos factos. Assumindo acriticamente, não apenas que os factos históricos existem e podem ser apreendidos, mas ainda que a forma de os encadear e de os expôr obedece a padrões naturais e indiscutíveis.

E, no entanto, tudo isto é hoje mais do que problemático. Para além de que a história parece poder sobreviver sem factos certos e averiguados. Pouco tempo depois de aparecer uma obra clássica da historiografia contemporânea — o *Montaillou, village occitain*, de Le Roy Ladurie — alguns eruditos regionais demonstraram que certos dos «factos» da obra não eram «verdadeiros». Aparentemente, Le Roy Ladurie errara nalgumas coisas. Não se tratava, afinal, senão de detalhes. Mas

a impressão que colhe quem leu a obra (e que, evidentemente, não pode conferir a veracidade e o rigor dos «dados» alegados) é a de que *Montaillou* seria sempre uma grande obra de história ainda que todos os dados fossem imaginários. Como o seria a obra de Vitorino de Magalhães Godinho, ainda que todas aquelas séries de preços estivessem erradas (coisa que ainda ninguém verificou, por um lado porque se confia na *auctoritas* do autor; mas, por outro, porque parece não ser isso o que está em causa quando se discute o valor da sua obra). E, no entanto, também não é o seu *valor literário* (se o têm) que lhes garante o posto de «clássicos da história».

É neste «algo mais do que os factos» que investe uma parte da actual historiografia portuguesa.

4. Alguma dela continua a investir na «ciência». Nalguns casos, trata-se claramente dos epígonos das correntes «cientistas» ou «sociologistas» dos anos sessenta, quer elas sejam o marxismo, quer a «história social» dos *Annales*, quer correntes mais modernas oriundas das ciências sociais (como a *New economic history*)⁸. Uns e outros continuam a pensar que existem bases metodológicas para validar uma reconstrução do passado a partir dos modelos explicativos das ciências sociais e que, finalmente, mais decisivo do que os factos (de qualquer modo, averiguáveis) são as chaves científicas para a sua explicação.

Outros, abalados ou pela crítica da «teoria» feita por alguns marxistas em nome de um marxismo «humano»⁹ ou pela deserção da história teoricamente musculada por parte de alguns dos seus primeiros seguidores¹⁰, optaram por um teorismo mitigado, que se exprime em ideias como as de «teorias de curto alcance», «teorias à medida dos problemas», «pluralismo metodológico», «equivalência de sistemas». Os factos, aqui, não retomaram completamente o seu direito de exclusivos actores da história; mas, pelo menos, é-lhes já dada a possibilidade de seleccionarem os seus parceiros teóricos.

Num artigo recente, relacionei — de uma forma plástica, mas talvez um pouco impressionista — este recuo perante «o grande modelo teórico» com a recusa pós-modernista do sistema ou das tecnologias pesadas da «segunda vaga»: também numa certa história, se instalou a ideia das vantagens de tecnologias explicativas regionais, de curto alcance, «adequadas». Uma vez isto exprime-se na ideia de que cada esfera da acção humana exige modelos explicativos particulares. Outras vezes, na ideia de que as teorias explicativas de hoje (v.g., o marxismo) não se podem aplicar a sociedades com uma lógica organizativa diferente (v.g., a sociedade de Antigo Regime, que se auto-representava como um sistema de «ordens» e não de «classes»)¹¹. De uma maneira ou de outra, ou ainda — o que é mais frequente — assumindo acritica e irreflectidamente esta ideia de que pertence aos factos seleccionar as teorias, muitos são os que hoje se pronunciam por um ecletismo metodológico. Os argumentos são variados: ou a recusa do «minismo explicativo» (um velho tópico anti-marxista, hoje reciclado); ou a defesa de uma história «à medida do homem»; ou, ainda, «a tremenda complexidade das coisas». Aparentemente, não é posto, aqui, o problema de saber se a intermutabilidade das teorias não neces-

sita de uma meta-teoria que a regule e dê conta dela. Nas ciências formais, onde de há muito se lida com «teorias locais», o recurso a uma meta-teoria fundamentadora (seja ela a lógica clássica, a lógica modal ou qualquer outra) tem sido indispensável.

5. Mais consequente é, por sua vez, outra parte da nossa historiografia pós-positivista, que investe mais abertamente na ideia de «criação» e na aproximação entre o discurso histórico e a criação artística. O exemplo mais nítido é o de José Mattoso. As suas últimas e mais explícitas reflexões sobre o seu ofício estão sobretudo contidas em dois textos que reuniu em *A escrita da história. Teoria e métodos* (Lisboa, Estampa, 1988). Num deles ¹², José Mattoso faz o balanço das relações entre arte e ciência na escrita da história. Depois de enumerar as tarefas do historiador orientadas por uma ideia de rigor e de verificabilidade semelhantes à do discurso científico (crítica das fontes, uso de métodos quantitativos, recurso a conceitos importados das ciências humanas), o historiador enumera os ingredientes «artísticos» do seu ofício. O seu ponto de partida é uma teoria (implícita) da acção humana semelhante à da hermenêutica — o típico e irreduzível dos actos humanos é o facto de, a mais de uma materialidade externa, eles serem dotados de sentido:

«A busca da positividade em História não deve, porém, fazer esquecer que ela só alcança o passado por intermédio de sinais e representações mediadoras da realidade e não por um exame directo da própria realidade. Esses sinais são marcas da passagem do Homem, mas são também as próprias representações verbais ou mentais que permitem escolher entre eles os que são considerados representativos. A História é, portanto, uma representação de representações» (p. 38).

Em rigor, o que aqui aparece expresso é, aparentemente, apenas uma versão «fraca» da hermenêutica. Na verdade, o que no texto se diz é, apenas, que as *fontes históricas* não nos transmitem (não nos fazem «presente») da realidade humana senão uma parte, a parte seleccionada, deliberada ou espontaneamente, pelos seus autores. Enquanto que a hermenêutica, clássica ou moderna, afirma que, independentemente de qualquer problema de mediação de fontes, a própria acção humana directamente observável nunca é redutível à sua materialidade externa, tal como um texto não se reduz à materialidade caligráfica ou literal; pelo que, num caso como noutro, a recuperação dos sentidos ocultos exige uma tarefa de interpretação, de leitura do visível à luz do invisível, de integração do sinal no todo do sentido. Mas a sequência do texto mostra que, para José Mattoso, o problema da «parcialidade da representação» não diz respeito apenas às fontes, abrangendo, globalmente a acção humana.

«Ao escolher como objecto o passado da Humanidade, a História pretende, em última análise, nada menos do que abrir o acesso ao mistério insondável do Homem na sua relação consigo mesmo e com o Universo, servindo-se, para isso, da sua inserção no tempo» (p. 40).

Mesmo que as referências a ideias que têm estado no cerne das correntes hermenêuticas — v.g., a «experiência da temporalidade» como característica irreduzível da acção humana, tanto em M. Heidegger como, mais recente e directamente, em P. Ricoeur — não fossem tão nítidas, tornar-se-ia evidente que as raízes teóricas do autor apontam para a ideia de que a história não se esgota numa simples apreensão externa da acção humana ou numa sua redução a objectos contáveis e medíveis ou à sua síntese em «leis», mas que compreende necessariamente uma captação de um Sentido oculto, uma referência do visível ao Invisível, uma integração da parte no Todo ¹³. A esta *démarche* totalizadora — que aproxima da poesia e que descreve como o «exprimir a percepção íntima de que qualquer acontecimento social ou individual se insere numa totalidade e tem como ele uma relação essencial» (p. 41) — J. Mattoso chama, num outro ensaio ¹⁴, honesta e significativamente, «contemplação» (p. 17).

O apelo à pluralidade de meios de acesso à «espantosa realidade das coisas» (como ele gosta de dizer, citando Alberto Caeiro), as referências à poesia como saber irmão da história, a confissão da impotência das formas estabelecidas de dizer a história para dar conta de tudo quanto haveria para dizer, tudo isto toca chaga da finitude dos meios de expressão perante a superabundância da experiência interior e exterior, chaga sempre aberta em todos os homens (e também no historiador). E, por isso, convida a uma intensa adesão emocional. No entanto, abrem-se, com isto, problemas pelo menos tão fundamentais como os que se fecharam.

Em primeiro lugar, uma dificuldade que tem sido permanentemente posta às correntes hermenêuticas — a da verificabilidade e, até, da comunicabilidade dos seus resultados. Ouçamos, de facto, como são descritos os instrumentos genoseológicos utilizados para aceder à «outra face das coisas» que constitui o objecto mais nobre e mais autêntico da escrita da história:

«Tudo isto [o cântico de admiração, o diálogo o gesto, a descoberta o símbolo, o desencadeamento da palavra poética] são analogias par atentar exprimir o indizível, porque a totalidade do real só pode ser apreendida e transmitida por processos simbólicos ou por um tipo de linguagem cujo código é infinito nas suas expressões e recursos, como é a poesia. São analogias, também, para poder definir a relação contemplativa com uma realidade ainda mais inacessível do que a que os sentidos podem captar na sua imediatidade, quer dizer, aquela que já foi devorada pelo tempo, a de outrora, e a que todavia deixou nas coisas, e portanto no presente, as marcas da sua passagem (p. 18)»

Tal «conhecimento contemplativo» — um pouco adiante aproximada do amor ¹⁵ — baseia-se, afinal, num envolvimento (numa relação quase erótica) do historiador com a realidade histórica e no transporte acrítico, para a compreensão desta, do cabedal de experiências, reflectidas ou irreflectidas, de quem faz a história (cf. p. 41). Ou seja, uma regra de ouro da metodologia histórica mais estabelecida — o distanciamento em relação ao passado e a interdição de projectar no passado as categorias (da «razão», mas também as do sentimento e as impensadas

categorias da prática) é absolutamente sacrificada. Absolutamente ou apenas parcial (mas, então, incongruamente). Na verdade, que sentido tem apurar a crítica historiográfica, fazer a policia da utilização anacrónica de conceitos, de palavras ou de categorias intelectuais (estas pelo menos controláveis) se, por outra parte, se admitir que é, não apenas legítimo, mas ainda indispensável, ler o passado à luz da situação existencial do historiador e das «categorias existenciais» (v.g., a relação da parte com o todo, do manifesto com o oculto, do sinal com o sentido) que esta, a-racionalmente, lhe sugere? ¹⁶

6. Desta tentação da trans-temporalidade participam outras correntes, também presentes na historiografia portuguesa actual.

A primeira delas é a representada por aqueles que fazem do recurso ao senso comum a chave da explicação histórica. O exemplo mais característico e popular é, porventura, o de José Hermano Saraiva, autor de uma empolgante narrativa da «revolução» de 1383-1385, de uma fascinante biografia de Camões e de algumas séries televisivas («O tempo e a alma», «As cidades e os homens», «O mundo que os portugueses criaram») de enorme êxito popular. Se se fala em «emergência da história» na cultura portuguesa actual, um dos seus maiores obreiros — pessoalmente, inclino-me para que seja o maior — é, sem dúvida, Hermano Saraiva. Um dos seus «segredos» — para além de um notável poder de comunicação, de uma riquíssima imaginação e de um cultivo quase barroco do efeito dramático e do paradoxo — é o modo como é capaz de construir enredos verosímeis e acessíveis ao público não especializado. Enredos em que o protagonismo está na acção humana, individual ou colectiva, de homens ou de multidões, que, ou pensam e reagem como nós, ou pensam e reagem de forma que nós podemos entender, com um pouco de informação sobre o contexto. Que amam e que odeiam, que são fiéis ou traidores, aventureiros ou cobardes, claro; mas que, além disso, são «patriotas», ou mesmo «nacionalistas», que são «democratas», que são «honestos» ou «corruptos». Isto é: que são uma série de coisas que nós podemos ser, e que o são da mesma maneira do que nós (descontada alguma cor local, como a «religiosidade» medieval, o «maquiavelismo» renascentista, o «barroquismo» seis e setecentista ou o «racionalismo» das Luzes). Enredos em que o tempo é linear e em que os condicionamentos estruturais são relativamente pouco pesados.

É esta «familiaridade» dos enredos que povoam a narrativa de José Hermano Saraiva que explica o seu êxito popular e que lhe possibilita um discurso (como o das suas duas últimas séries televisivas) que está a meio caminho entre a descrição histórica e a proposta política. No sentido dos seus enredos históricos lê-se o sentido dos enredos do presente. Na sua narrativa da «revolução de 1383», publicada em 1977, estava claramente a ser contada a revolução de 1974-1975; no seu programa televisivo sobre as cidades estava a ser explicado o *pathos* autárquico dos últimos anos. E, na sua última série sobre os descobrimentos, estava a ser passado um «replay antecipado» das actuais tensões entre o «destino europeu» e o «destino atlântico», em que, por exemplo, Cabo Verde figurava ao mesmo tempo como PALOP e como escala histórica para o Brasil e a Índia.

7. É que o modo narrativo — o relato de acontecimentos sob a forma de um encadeamento, de um enredo, que dá um sentido global à história¹⁷ — não permite apenas tornar acessíveis os enredos do passado. Permite também constituir «investimento narrativos» — uma espécie de «bancos de enredos» — para interpretar o presente. A narrativa tem, assim, uma face retrospectiva e uma face prospectiva. Possibilita uma hermenêutica (i.e., reconstituição de sentidos) do passado e uma heurística (i.e., uma sugestão de sentidos) para o futuro.

É justamente esta uma outra das razões da actual «emergência da história». Se Portugal está, como alguns pensam, numa encruzilhada da sua história (na versão mais pessimista, a ponto de perder a sua história), a tentação é grande, para os historiadores e para os fazedores de opinião, de ler o destino no passado. Alguns fazem-no de um modo simbolicamente muito sofisticado, recorrendo a uma intemporal identidade nacional, a um transtemporal destino histórico, a um forçoso posicionamento geo-estratégico, a um ser cultural profundamente enraizado. É neste contexto que surgem ideias como «quinto império», «sebastianismo», «luso-tropicalismo», «saúde», «espírito atlântico», «filosofia portuguesa». Incluo nestas referências pensadores diversos e de sentido político também diverso. Como exemplo, basta citar um dos ensaístas hoje mais em voga no que respeita a um reflexo sobre Portugal, Eduardo Lourenço, que começa um dos seus últimos livros pela seguinte (retoricamente hipotética) afirmação:

«Se a História, no sentido restrito de 'conhecimento do historiável', é o horizonte próprio onde melhor se apercebe o que é ou não é a realidade nacional ...»¹⁸.

Mas a mesma operação pode ser levada a cabo com menos custos teóricos e ideológicos justamente através desta função prospectiva e heurística da narrativa histórica. E é assim que tem objectivamente funcionado uma parte da literatura histórica sobre os descobrimentos, quer quando o encadeamento da sua história é o enredo da «empresa científica e tecnológica», quer quando o *script* é o do «encontro dos mundos» (ou, ainda mais explicitamente do «diálogo Norte-Sul»), quer, finalmente, quando a história é contada segundo o guião do humanismo universalista dos portugueses». Neste jogo infinito de reflexos que a narrativa permite, a história deixa-se contar bem segundo qualquer destas intrigas. Para que o trigo não se misture com o joio, o poder não tem deixado de fomentar e canonizar alguns enredos históricos que lhe parecem mais convenientes. A forma mais visível de cano-nização é a integração de módulos «históricos» directamente no discurso do poder, como aconteceu com uma alargada justificação histórico-cultural no último projecto de plano a médio prazo. Outra, mais sofisticada e concedendo um espaço maior à autonomia do discurso historiográfico, é a organização de comemorações que fomentem a produção de certos enredos históricos politicamente convenientes. O caso hoje mais notório é o das comemorações dos descobrimentos que — independentemente da seriedade científica e política de quem as coordene — produzi-ção, por necessidade quase estatística dada a tradição literária anterior e o *acquis*

cultural que cerca o tema, enredos enquadráveis em guiões politicamente adequados, como «Portugal, agente do diálogo norte-sul», «Portugal, diferente da Espanha», «Descobrimientos portugueses, novas tecnologias *avant la lettre*», «Os portugueses são capazes de vencer os grandes desafios colectivos (antes, a Expansão; hoje, a Europa)», etc..

Um respeitável exemplo desta história prospectiva (que importa não confundir com uma história intencionalmente propagandística) é o recente livro de Jorge Borges de Macedo sobre a história da diplomacia portuguesa ¹⁹. Trata-se, também, de uma narrativa, embora de enredo menos familiar, pois os seus personagens são, não indivíduos, mas nações. Daí que o autor exponha, no prefácio, a morfologia no seu conto. O cenário é a geo-política, um quadro complexo de constantes espaciais, económicas, culturais. Aí se movimentam nações — umas pequenas e outras grandes —, dotadas de uma certa «inteligência» e de uma vontade indispensável de independência política, representadas por «escóis», ao quais compete tomar as decisões necessárias a essa sobrevivência política, em função não apenas dos constrangimentos permanentes dos cenários, mas também das condições concretas de cada momento da acção. Uma vez que a «morfologia do conto» vale tanto para o passado como parra o presente — em virtude do carácter intemporal de certos dos seus elementos, como o quadro espacial, ou da assumida natureza da Nação, do Estado e da relação entre povo e escol — a narrativa funciona como um repositório *raisonné* de soluções diplomáticas, cujo desfecho histórico é conhecido, e que, portanto, pode orientar a acção. Não por acaso, o livro surge de uma experiência de ensino a um auditório motivado para a acção política — os actuais e futuros quadros superiores das forças armadas.

Dir-se-á que o livro não propõe nada, que se limita a contar, com grande vigor intelectual e narrativo, a história do que «realmente se passou». Mas o que é certo é que nesta narrativa de «morfologia explícita», tanto como na anterior cuja morfologia implícita era o «senso comum», o leitor é convidado — tão mais indeclinavelmente quanto a história é bem contada — a aceitar as regras de construção do enredo. E estas são tudo menos *naturais*. Para já não falar em toda a antropologia política do Estado-Nação recebida na obra, limito-me a chamar a atenção para a não naturalidade dos quadros espaciais de que parte alguma da geo-estratégica subjacente ²⁰. Como se a Rússia (dos czares ou dos soviéticos) aspirasse sempre e da mesma forma ao acesso aos «mares quentes»; como se o Atlântico e o seu domínio significassem estrategicamente o mesmo na época dos galeões, dos *Dakotas* e *Superconstelations* ou do *Concorde* e dos misseis balísticos intercontinentais. É a este tipo de «naturalização» do enredo que outros narrativistas pretendem escapar ²¹.

8. Refiro-me àqueles a quem poderia chamar «narrativistas radicais». Gente que volta ao narrativismo — ou a ele se acolhe pela primeira vez — depois do naufrágio das «teorias». Que aí volta como ao último lugar de convívio possível — embora convívio desiludido e *blasé* — da família dos historiadores; ou que aí volta como ao último lugar que — na falta de outra qualquer garantia, como o

acesso à Verdade — pelo menos garante um público. Trata-se, numa palavra, de um lugar ou de «vencidos da vida» ou de epicuristas, a quem já pouco mais importa do que o prazer que a sua escrita dá, sobretudo se feita assim, *à la limite* sem ter que prestar contas a nenhuma Realidade, a nenhum Rigor, a nenhuma Verdade. Poucos são os que têm a coragem de dizer tão claramente as coisas. Mas, em Portugal, há já quem o tenha dito:

«Ninguém faz História para servir um programa de acção ou para que o conhecimento produzido tenha directos efeitos práticos (não se faz História por encomenda). A história faz-se porque há um público nas nossas sociedades a quem interessa a imaginação do passado, porque esta imaginação parece essencial para a vida colectiva e porque há quem faça do contar a História uma profissão e um certo prazer»²².

Nestes termos, a história, como narrativa, fica reduzida a um *género literário*, gerado por uma certa situação comunicativa em que os historiadores estão, em certo momento, inseridos. E, na verdade, tem sido assim que Hayden White tem teorizado o discurso histórico — um género, ao lado de outros (v.g., o «dissertativo», o «ficcional»), caracterizado por um certo referente²³, por um certo modo de referir esse referente (v. nota anterior), pelo recurso a certas figuras do discurso (a metáfora, a sinédoque, a metonímia, etc., cujo domínio respectivo dentro do discurso caracterizaria, por sua vez, aquilo a que normalmente se chama «escolas historiográficas»).

Do ponto de vista da análise política do discurso histórico — isto é, do ponto de vista da análise dos mecanismos através dos quais com o discurso histórico se constrói poder —, este narrativismo radical apresenta-se como «politicamente puro» e, logo, pode ser ingerido sem grande preocupação de se estar a comer gato por lebre. Na verdade, o carácter politicamente traiçoeiro das anteriores concepções historiográficas consistia (i) ou no já referido efeito de «naturalização», pelo qual uma interpretação do historiador passava por um dado «natural» ou por uma manifestação de «sensatez»; ou (ii) no efeito de «amplificação», pelo qual o historiador atribui um valor geral, absoluto, aos seus modelos interpretativos, normalmente em nome da sua «cientificidade»²⁴. Ora este retorno desiludido à narrativa não pretende nenhum estatuto privilegiado para o discurso histórico, nem para as gramáticas dos enredos que ele cria. Tal como o mais recente sistemismo — a que a literatura alemã dá o nome de «construtivismo radical» —, que concebe os sistemas simbólicos (mesmo os das ciências «duras», como a biologia) como auto-referenciais e auto-poéticos, prescindindo de qualquer referência a verdades ou a realidade extra-sistemáticas; tal como a crítica do discurso de M. Foucault, que limita a «validade» de cada discurso ao âmbito da prática discursiva (na última fase da sua obra, ao «dispositivo») que o suporta.

Resta saber se este desejo — aparentemente legítimo — de gozar o prazer de escrever uma história que dê prazer de ler não representa uma posição mais comodista do que é preciso, do ponto de vista do saneamento político do discurso histó-

rico. A narrativa é, de facto, insidiosa. Pactuando com clichés e com enredos familiares, naturaliza o presente e projecta-o sobre o passado, negando-lhe a estraneidade e permitindo enquadrá-lo numa visão essencialista do homem. Há mesmo quem, partindo precisamente desta visão de um homem sempre igual a si mesmo (de uma natureza humana eterna e irreductível), considere que a narratividade é o género literário homólogo da historicidade e que esta é a essência da condição humana. Por outras palavras, a narrativa contaria bem uma história, porque se fundaria naquela morfologia de enredo que melhor daria conta da relação entre Homem e Tempo; a história é «bem contada» assim, porque o homem que a lê colhe da sua experiência existencial os elementos que lhe permitem entender empaticamente o enredo ²⁵.

Em todo o caso, não pode deixar de se notar que a «narrativa» se embebe facilmente de todos os contextos teóricos ou metodológicos, transformando-os em estruturas do enredo. Neste sentido, existe uma narrativa marxista, uma narrativa idealista, mesmo uma narrativa crítica. Na verdade, qualquer posição teórica ou metodológica sobre a história, propõe uma forma sua de organizar a trama do discurso: certo tipo de encadeamento dos factos, certos conectores lógicos, certas estratégias discursivas. Muitos destes elementos (como «conjuntura», «estrutura», «campo», «aposta», «sentido», etc., para não ir além dos elementos conceptuais) passam, com o tempo, para o património do discurso histórico, transformando-se em elementos de organização do enredo significativos para toda a comunidade historiográfica e passando, assim, a ser usados como tópicos ou lugares comuns do discurso do historiador. A defesa da narrativa — sobretudo da narrativa mais sofisticada — tem, assim, o significado (conservador) de toda a tópica. Ou seja, o significado de aceitação do discurso *factum* como modelo do discurso *in fieri*.

9. Por isso é que talvez seja necessária uma atitude mais activa por parte do historiador, no sentido de desvendar todos os pressupostos, todo o impensado, do seu discurso. No ambiente historiográfico português, este *strip tease* intelectual é praticado, sobretudo, por leitores/discípulos de M. Foucault e de P. Bourdieu, entre os quais se conta o autor destas linhas ²⁶, também ele retornado, há já um bom par de anos, de posições teóricas mais afirmativas ²⁷.

A preocupação crítica leva, aqui, a uma obsessiva preocupação de descrever o *lugar* donde se fala ²⁸. A ideia, aqui, não é apenas a de que os factos são sempre construídos e encadeados a partir de uma «teoria»; mas também a de que esta teoria, para além de «arbitrária», é contingente com o conjunto de condições em que o discurso é produzido. Então, a descrição, pelo autor, destas condições — ou, pelo menos, das categorias discursivas por elas geradas e de que o autor tem consciência — torna-se indispensável para «situar» a validade das proposições e evitar a tentação de lhes dar um alcance mais geral ²⁹. Os saberes tornam-se «locais»; os intelectuais, «específicos»; as conclusões, «propostas».

Com isto, o discurso histórico assume-se como um acto político. Mas em termos que nada tem a ver com a história «militante» ou a história «cidadã» de há

vinte ou trinta anos. Há vinte ou trinta anos, o ofício do historiador tinha um sentido militante porque a história, concebida como ciência, pretendia poder captar as «leis sociais» que regulavam o processo histórico e asseguravam um futuro mais livre e mais humano. Fazer história era documentar, com a plasticidade e acessibilidade que o relato histórico garante, aquilo que, sem ele, apenas poderia se aprendido em enfadonhos manuais de teoria social. Formava-se, assim, um espécie de «frente popular» em que a história (tal como a literatura [neo-realista]), sob a direcção da teoria social, garantia a formação de um «bloco social» em que participavam mesmo aquelas que, pela teoria «pura e dura», não tivessem grande aptidão. Então, a historiografia era política pelo seu conteúdo. Mas, pela sua forma, pelo seu referente epistemológico (a Verdade), estava acima da política, tanto quanto a matemática.

Hoje, pelo contrário, ainda que o conteúdo do discurso historiográfico possa ser politicamente irrevelante — como, por exemplo, a reconstrução do muito imaginário de um moleiro do vale do Pó ou da antiga nobreza centro-europeia —, o discurso torna-se eminentemente político pelo seu referente. Ou seja, ao dedicar-se à descrição das múltiplas formas de «pulverização» da Verdade, da Moral, da Consciência, do Homem, o historiador está a descrever-se a si mesmo e ao seu discurso como feridos por esse mesmo estilhaçamento e, com isto, a recusar qualquer cientismo ou essencialismo e a pôr automaticamente em discussão tudo quanto diga. Para além de que, ao pôr a nú tal estilhaçamento, está a abrir espaço para novas alternativas de organização social, política e cultural. Por outras palavras, para que o historiador faça política não é hoje preciso que se dedique a «transformar o mundo»; basta que se dedique a «explicá-lo»³⁰.

Esta dimensão política dos discursos é também destacada pelo programa historiográfico dos que partem menos de M. Foucault e mais de P. Bourdieu. Trata-se, entre nós, de um círculo tão restrito quanto o anterior, formado sobretudo por investigadores mais jovens, com vinculações à história cultural. O seu interesse pelos contextos em que os discursos se produzem está tão patente, quer na apresentação (anónima!) da edição portuguesa de alguns ensaios de Roger Chartier³¹, como no prefácio de Diogo Ramada Curto, ao seu livro sobre o discurso político em Portugal no século XVII:

«Antes de mais, o discurso político, enquanto resultado de utensílios mentais, será analisado a partir das quatro funções psicológicas: percepção, memória, afectividade e razão. Em segundo lugar, abrir-se-á um inquérito às condições do trabalho intelectual na primeira metade de seiscentos, em vista de precisar o lugar ocupado pela produção do discurso político. Apesar de muito sumária, a abordagem das instituições e das práticas culturais, que estruturam o campo intelectual, ajudará fugir aos simplismos de certos estudos monográficos do tipo *vida e obra* e permitirá encontrar o lugar ocupado pelos agentes em que os poderes investem na satisfação das necessidades sociais de representação do político»³².

Esta análise dos campos de produção discursiva (mais em geral, de produção discursiva (mais em geral, de produção simbólica), não é, como se disse, exclusivo de P. Bourdieu, pois aparece claramente em toda a semiótica, desde Morris e Peirce, e, por último, em M. Foucault. Mas, com P. Bourdieu, adquire um instrumentário metodológico e conceitual menos evanescente e mais operacional. Em contrapartida e por muito que este autor se tente demarcar de uma teoria subjectivista da acção, repousa-se mais sobre uma antropologia em que a «intenção» (e, com isto, o sujeito [individual ou colectivo]) tem um papel explicativo muito importante. De facto, se a noção (aristotélica) de *habitus*³³ privilegia as condicionantes práticas objectivas da acção (e se aproxima, assim, do conceito des-subjectivante de «dispositivo», cunhado por M. Foucault), já conceitos como o de «investimento (simbólico, político)» ou de «aposta» (*enjeu*) pressupõem uma acção intencional. Com o que — ao lado de algumas dificuldades teóricas — se ganha, no entanto, uma consciência ainda mais viva do carácter político do discurso. Ponto é que estes autores estejam dispostos a aceitar para o seu próprio discurso esse mesmo carácter precário e político. E não subentendam, pelo contrário, que podem escapar àquilo a que, de outras paragens metodológicas, se chamou o «círculo hermenêutico», à custa, nomeadamente, de referências ao Rigor, à Ciência e à Erudição.

10. Se a narrativa, como leitura cómoda e amável, condescendente com o gesto dominante, lisonjeira quanto à perspicácia do leitor para entender, sem esforço, «o que realmente se passou», favorece o campo de leitura da história, e as posições ultimamente descritas não são tão promissoras de grandes sucessos públicos.

São, por um lado, um tanto azedas no seu nihilismo epistemológico. As pessoas querem, antes de tudo, certezas; ou, pelo menos, problemas *resolúveis*. O espectáculo da precariedade do nosso saber e da nossa existência provoca um desconforto que já foi bem descrito como náusea. E as instituições — aquelas que, de uma maneira ou de outra, pagam a história — querem certezas ainda mais. De preferência, certezas mobilizadoras, como as glórias do passado. Mas, se tiverem que ser mais modestas, *certezas* de qualquer forma.

Por outro lado, esta nova forma de contar a história tem enredos e escritas estranhas. Toda a gente se queixa de Foucault, um pouco menos de Bourdieu. A sua escrita é difícil. Mas, sobretudo, o leitor sente-se frequentemente defraudado; quando finalmente estava a seguir a acção, o enredo muda subitamente; e, com ele, o cenário, os personagens, a intriga. Creio que algo desta forma de escrever decorre duma má moda que se implantou nas letras francesas de há vinte anos para cá e para a qual sobre aquilo que é inteligível pelo leitor mediamente informado impede a suspeita de superficialidade. Esta moda é responsável, para já, pela perda (em favor de ingleses e italianos) da liderança que os historiadores franceses exerciam sobre a historiografia mundial. Mas outra fonte da obscuridade desta novíssima história reside no carácter inusitado e demolidor (des-construtivo) da organização da sua narrativa, cujos elementos de encadramento são totalmente distintos (como já o eram, em parte, os da história «cientista» dos anos sessenta) das narra-

tivas de todos os dias. Uma vez que esta história é, justamente, construída contra o «senso comum» e o «sentido prático» quotidiano.

A meu ver, a chamada «emergência da história» tem, portanto, aspectos muito equívocos. A história tem emergido e continua a ter condições para emergir enquanto produzir uma imagem domesticada do passado. Uma imagem facilmente legível, povoada dos nossos clichés e dos nossos desejos, legitimadora do presente, parteira do futuro que nós desejamos. Uma história que ratifique os nossos sentimentos: que exalte a unidade da Europa, que se compadeça com a classe operária oitocentista, que rejubile com 1789, que celebre o império espanhol onde o sol nunca se punha. Que confirme os nossos conceitos: o predomínio do económico, a identidade do Homem, a estrutura classista (ou não classista) da sociedade, o papel economicamente propulsor da educação, o processo de «modernização» social, etc.. Que, finalmente, se adegue, na sua trama, às nossas categorias profundas de organização intelectual. Ou seja, uma história redutora da diversidade do humano, achatadora do tempo, enfim, unidimensional e totalitária. Não digo que uma história destas *falseie* o passado, porque isso implicaria uma teoria da Verdade histórica, da qual não comungo. Mas digo que uma história destas impede esta construção da consciência de pluralidade da realidade humana que me aparece como um objectivo, não só politicamente mais libertador, mais também intelectualmente mais consciente e mais honesto.

NOTAS

¹ Refiro-me à *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, (Lisboa, Verbo, 1977-1990); à dirigida por José Hermano Saraiva (Lisboa, Alfa, 1983), 6 volumes (com colaboração, entre outros, de Armando Castro, José Mattoso, Maria José Ferro, António Cruz); à *Nova história de Portugal* (Lisboa, Presença, 1986), dirigida por António H. Oliveira Marques, de que saíram dois volumes (I e IV). Em preparação está uma *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, em 7 volumes, com colaboração de Armindo de Sousa, Joaquim Romero de Magalhães, António Manuel Hespanha, Luís R. Torgal, João Roque, João Serra e Fernando Rosas, com uma edição prevista de 20 000 exemplares (Lisboa, Círculo de Leitores).

² Refiro-me à *História contemporânea de Portugal*, dirigida por António Reis (Lisboa, Alfa, 1991-...), à *História da Arte em Portugal* (Lisboa, Alfa, 1986) e à obra *O mundo que os portugueses criaram* (Lisboa, Alfa, 1989).

³ Um título significativo: Joaquim Barradas de Carvalho, *Da história-crónica à história-ciência*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

⁴ Cf., para os actualmente mais significativos, H.-G. Gadamer, *Wahrheit und Methode*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1965² (trad. esp., *Verdad y método*, Salamanca, Sigueme, 1977); *II problema della coscienza storica*, Napoli, Guida, 1974 (ed. orig. belga, 1963).

⁵ Cf., para um panorama do «construtivismo radical», Siegfried Schmidt (ed.), *Der Diskurs des radikalen Konstruktivismus*, Frankfurt/Main, Suhrkamp, 1987.

⁶ *Ler história*, 15 (1989), 16 (1989).

⁷ *Ler história*, 15 (1989), 164 (Maria Beatriz Niza da Silva). O curioso é que alguns historiadores marxistas também estão convencidos do mesmo.

⁸ Com tudo o que há de redutor na classificação das pessoas, sobretudo daquelas que têm um longo e facetado curriculum, não me parece globalmente abusivo incluir neste grupo nomes como os de Armando Castro, Victor Sá, Miriam Halpern Pereira, David Justino, Jaime Reis, Nuno Valério; bem como alguns historiadores mais jovens das respectivas equipas.

⁹ Refiro-me, sobretudo, à crítica feita a Louis Althusser por Edward Palmer Thompson (*The poverty of theory and other essays*, London, Merlin Press, 1978). Sobre esta polémica, Harvey J. Kaye, *The british marxist historians*, Cambridge, Polity Press, 1984, 203 ss..

¹⁰ O caso de Le Roy Ladurie é, porventura, o mais significativo.

¹¹ Cf., Jorge Borges de Macedo, «Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)», *Revista portuguesa de história*, 17.2(1977) 245-262; apreciação deste ponto de vista em A. M. Hespanha, «Para uma teoria da história institucional do antigo regime», *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Gulbenkian, 1984, 26 n. 55.

¹² «História — arte ou ciência» (p. 31-42).

¹³ Ou seja, as raízes mais autênticas das posições epistemológicas de José Mattoso estão na hermenêutica e não apenas, como a primeira citação poderia deixar supor, para o «pan-textualismo» de certas correntes da teoria literária (M. Bachtin, P. Zyma) que, partindo da ideia segundo a qual cada texto apenas ganha sentido quando integrado nos outros textos que constituem o seu universo histórico de referência (*intertextualidade*), consideram que a própria acção humana (e, logo, a história) apenas é integrável no universo textual ela mesma como texto. Apesar desta conversão da história em texto, estas correntes desembocam mais frequentemente numa concepção empirista ou mesmo materialista do sentido do que numa sua interpretação metafísica (cf., por todos, P. Zyma, *Textsoziologie*, Stuttgart 1980, (ed.), *Textsemiotik als Ideologiekritik*, Frankfurt/Main 1977.

¹⁴ «A escrita da história» (p. 15-30).

¹⁵ «Quando falo em ‘conhecer’, penso aqui não só na acepção actual da palavra, mas também no seu sentido bíblico que designa o acto de amor» (p. 20).

¹⁶ O que daqui resulta é que, como já tem sido suficientemente notado, a hermenêutica é inseparável de uma postura metafísica que creia numa continuidade fundamental do humano. E isto é, evidentemente, incompatível com os pressupostos críticos encerrados em muitas das ideias que ainda constituem o património comum da historiografia mais recente (v.g., a ideia de «ruptura», de «duplo distanciamento»).

¹⁷ A mais recente e interessante teorização da narrativa como género literário e como modelo historiográfico é a de Hayden White (*Metahistory. The discourse imagination in nineteenth century Europe*, 1975; *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*, 1978; *The content of the form. Narrative and historical representation*, 1987). Desta última obra, extraio uma definição da função narrativa: «No discurso histórico, a narrativa serve para transformar numa história uma lista de factos históricos que, de outra forma, apenas constituiriam uma crónica. Para levar a cabo esta transformação, os acontecimentos, os agentes e as acções representadas na crónica devem ser codificados como elementos de uma história; ou seja, devem ser caracterizados como o tipo de acontecimentos, agentes e acções, etc., que podem ser apreendidos como elementos de um certo tipo de história. Neste segundo nível de codificação, o discurso histórico dirige o leitor para um referente secundário, de natureza diferente da que constitui o referente primário, ou seja, as estruturas de enredo (*plot structures*) dos vários tipos de histórias cultivados numa dada cultura» («Narrative in contemporary historical theory», *The content of the form*, cit., 43).

¹⁸ *O labirinto da saudade*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1988 (o texto, porém, é de 1977).

¹⁹ *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geo-política*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s/d [1987].

²⁰ Alguns tópicos para a discussão do tema no meu artigo «L'espace politique de l'ancien régime», *Estudos em homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*, Coimbra, Atlântida, 1983.

²¹ Num artigo de natureza metodológica, escrito há alguns anos, Jorge Borges de Macedo reagiu justamente contra uma outra forma de «naturalização» de categorias contingentes — o «cientismo» historiográfico, na ocorrência, o de certo marxismo. Julgando em mérito relativo, atrevo-me a optar por esta segunda forma de naturalização, já que as suas assunções teóricas (a morfologia do seu conto) é mais explícita, mais comunicável (mais cabalmente apreensível por um leitor informado) e, logo, mais facilmente criticável e expurgável. Ressalvada a ligeireza da comparação, enquanto que a primeira, quando muito, diz que «contém corantes e conservantes», a segunda nomeia e quantifica «que corantes» e «que conservantes». Uma narrativa marxista, igualmente sugestiva e fértil de adesões, mas passível de restrições do mesmo tipo (ainda que menos acentuadas, pelas razões que acabo de aduzir), é a de António Borges Coelho (sobretudo, *Questionar a história*, Lisboa, Caminho, 1986; *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986; *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, Lisboa, Caminho, 1987 [mais analítico e, logo, de enredo menos fluente, mesmo em termos da «morfologia marxista do conto»]).

²² Rui Ramos, «Os métodos quantitativos, a História e os historiadores», *O estudo da história*, 5-6 (II série) 1988, 38.

²³ Na verdade, um *duplo* referente: por um lado, os «acontecimentos» e, por outro, o modo («real» ou «imaginário») da sua existência, modo este que remete, naturalmente, para géneros diferentes dentro da narrativa (respectivamente, a narrativa histórica e a ficcional), com específicos padrões de verificabilidade.

²⁴ Por oposição ao carácter «ideológico» dos modelos concorrentes (ou da ausência de modelos explícitos dos concorrentes). A questão foi analisada ultimamente por M. Foucault, na sua crítica radical do discurso «cientista» (cf. Mark Poster, *Foucault, marxism and history. Mode of productions versus mode of information*, Cambridge, Polity Press, 54 ss., 78 ss.). Também H. White aborda o tema (cf. Hayden White, «The context in the text», *The content of the form ...*, 192 s.).

²⁵ V., sobre esta temática, Paul Ricoeur, *Temps et récit*, 2 vols., Paris 1983-1984; e o esclarecedor artigo de Hayden White, «The metaphysics of narrative: time and symbol in Ricoeur's Philosophy of History», *The content of form...*, cit., 109-173.

²⁶ «Une 'nouvelle histoire' du droit?», *Storia sociale e dimensione giuridica. Strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro*. Firenze 1986, 315-340; «A historiografia jurídico-institucional e a «morte do Estado», *Anuário de filosofia del derecho*, 1986, 191-227; «História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna», *Ler história*, 9 (1986) 65-84. Este último artigo, em polémica com aquilo a que chamei uma história pós-moderna, é susceptível de uma leitura «cientista», se não for tido em conta que o rigor e a racionalidade a que aí se faz referência é o rigor e a racionalidade dos sistemas auto-referenciais; as ilustrações tiradas da informática, em que não há qualquer valor que não seja interno a uma linguagem, não estão lá para outra coisa.

²⁷ Cf. Em «O materialismo histórico na história do direito», em *A história do direito na história social*, Lisboa (1978). A inspiração era, sobretudo, M. Foucault (da *Archéologie du savoir*, 1969); mas na introdução metodológica a *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1981, verificara-se uma recaída no «cientismo» althusseriano. O processo de convalescença deve-se a P. Bourdieu e, novamente, a M. Foucault (sobretudo ao da última fase) e já é visível nos trabalhos citados na nota anterior.

²⁸ Veja-se a justa observação de Luís Reis Torgal, dirigida ao autor destas linhas, acerca do «alucinante e por vezes sinuoso processo de problematização e conceptualização ... que fundamenta afinal toda a sua prática de historiador» (revisão a *As vésperas do Leviathan ...*, *Ler*

história, 15 (1989) 167). Na verdade, esta preocupação problematizadora e conceptualizadora não é outra coisa senão a contínua tentativa de explicitar os quadros interpretativos de que se parte, o «lugar» donde se fala.

²⁹ O maior interesse da ego-história parece-me residir, justamente, neste esclarecimento do contexto de produção do texto historiográfico; mas não o esgota, nomeadamente se for entendida, apenas, como um processo de explicitação do contexto existencial do historiador (e não, também, do contexto objectivo da sua prática).

³⁰ Em todo o caso, não se trata, de modo algum, da estratégia «cientista» — «explicar, prever, prover»; mas da estratégia «genealógica» — «explicar, situar, criticar».

³¹ Roger Chartier, *A história cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

³² *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, 9.

³³ Que Bourdieu define como um «sistema de disposições duráveis, predisposto a funcionar como estrutura estruturante da acção» («Le mort saisit le vif», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 32-3 (1980), 6).